

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA 90ª REUNIÃO

Data: 18 e 19 de abril de 2016.

Local: Sala T-13, SEPN 505, Ed. Marie Prendi Cruz, Térreo, Asa Norte, Brasília/DF

REPRESENTANTES:

- Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão: Raquel de Oliveira Alves (raquel.alves@planejamento.gov.br);
- Ministério dos Transportes: Bruno de Almeida Ribeiro (bruno.ribeiro@transportes.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/SRHU: Adriana Lustosa da Costa (adriana.lustosa@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Sergio Ayrimoraes Soares (ssoares@ana.gov.br);
- Ministério das Minas e Energia: Lucia Maria Praciano Minervino (lucia.minervino@mme.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos RJ/SP: Ricardo Luiz Mangabeira (rmangabeira@ssrh.sp.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos SE/BA: Bruno Jardim da Silva (bruno.jardim@inema.ba.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos PR/DF: Olga Polatti (olgapolatti@aguasparana.pr.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos AM/PA: Ausente;
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto: Vania Lucia Rodrigues (vaniarodrigues@sabesp.com.br);
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétricas: Renato Junio Constâncio (renato.constancio@cemig.com.br);
- Indústrias: Odorico Pereira de Araújo (oaraujo@fiemg.com.br);
- Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
- Irrigantes: Ausente;
- Organizações Técnicas: Jussara Cabral Cruz (jussaracruz@gmail.com);
- Organizações de Ensino e Pesquisa: André Luiz Lopes da Silveira (andre@iph.ufrgs.br);
- Organizações Não Governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça (fonasccbh@yahoo.com.br).

DEMAIS PRESENTES:

- Ayrton G. Martinello (ayrton.martinello@planejamento.gov.br);
- Débora F. Calheiros (calheirosdebora@gmail.com);
- Fabiano Chaves da Silva (fabiano.chaves@planejamento.gov.br);
- Jana Macedo (jana.macedo@planejamento.gov.br);
- Joaquim Crispim Souza (contato@aesbe.org.br);
- Lailla Vaz (lailla.malaquias@patri.com.br);
- Luciana Aparecida Zago de Andrade (luciana.andrade@ana.gov.br);
- Marcos Antonio Matos (abagrp@abagrp.org.br);
- Nelson Neto de Freitas (nelson.freitas@ana.gov.br);
- Rafaela Alves de Freitas (rfreitas@cni.org.br);
- Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br);
- Wagner Martins da Cunha Vilella (wagner.vilella@ana.gov.br);
- Wilma dos Santos Cruz (wilma.cruz@mme.gov.br).

RELATORIA:

▪ Antônio Calazans Reis Miranda (antonio.miranda@mma.gov.br).

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura/Informes: A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU)** fez a abertura da reunião informando sobre a necessidade da realização da eleição para a presidência da CTPNRH, em razão da vacância do cargo por motivo de saúde da **Sra. Martha Sugai (OT)**, a atual Presidente, considerando que o mandato iria até junho e que não havia perspectivas do seu retorno até o fim do mandato. Em seguida, fez a leitura do Art. 28 do regimento interno do CNRH (Resolução nº 437/2013), que trata sobre o processo de eleição, decidindo-se pelo encaminhamento da votação. Realizou também um informe sobre o processo de revisão do PNRH, com a consulta pública sobre as prioridades para o período 2016-2020 e a revisão das diretrizes do Plano em andamento no momento. Neste contexto, apresentou proposta inicial para o seminário de consolidação dos resultados da revisão, previsto para ocorrer em 13 e 14 de setembro de 2016. Esta proposta (contendo uma contextualização, os objetivos do evento, sua programação preliminar, e sugestões para os representantes a serem convidados) ficou de ser encaminhada por e-mail para os membros da CTPNRH para discussão em sua próxima reunião. Item 2 – Eleição do (a) Presidente da CTPNRH/CNRH: Todos os 13 membros presentes naquele momento votaram pela indicação da **Sra. Jussara Cabral (ABRH)** para a presidência da CTPNRH, que agradeceu pela indicação e pela confiança de todos. Item 3 – Apresentação da ANA sobre a situação dos grupos de acompanhamento dos Planos de Recursos Hídricos (Tocantins-Araguaia e Margem Direita do Amazonas): Por inversão de pauta, este Item foi precedido pelos Itens 5 e 6, respectivamente. O **Sr. Sérgio Ayrimoraes (ANA)** fez a apresentação, esclarecendo que o grupo de acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos do Tocantins-Araguaia chegou a ser instalado (com 16 membros), mas não está operando (última reunião em março de 2010). Quanto ao grupo de acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas (PRH-MDA), este não chegou a ser formalmente instalado. Incluiu uma proposição, a ser debatida na CTPNRH, de realização de duas oficinas (referentes aos grupos de acompanhamento de cada um dos planos supracitados), com em torno de 40 participantes (representantes dos diversos colegiados e da sociedade civil) cada, com objetivo de reativar e dar continuidade a essas instâncias de acompanhamento. As oficinas devem debater a composição destes grupos, e também propor uma agenda de trabalho na forma de Manuais Operativos dos planos, e assim garantir a motivação, operacionalização e continuidade desses grupos. O **Sr. João Clímaco (ONG)** relatou sobre Ações Cívicas Públicas (ACPs) em andamento junto ao Ministério Público contra as outorgas preventivas ou de reserva de disponibilidade hídrica, nas duas regiões, devido à observação de conflitos já existentes na região, sendo que os referidos planos de recursos hídricos não tem sido suficientes para resolvê-los. Os documentos das ACPs serão encaminhados aos membros da CTPNRH. O **Sr. Odorico Pereira (FIEMG)** salientou a necessidade de cuidado com as iniciativas das ACPs de impedimento das outorgas para não comprometer os sistemas produtivos, que também são de extrema importância para as regiões. O **Sr. Wagner Vilela (ANA)** ressaltou a necessidade das oficinas propostas para se discutir o sistema de gestão dos recursos hídricos naquelas regiões para a solução destes conflitos. Relatou o exemplo exitoso da oficina sobre enquadramento, ocorrida em setembro de 2015, que vem orientando diversas ações para efetivação deste instrumento. O **Sr. Sérgio Ayrimoraes (ANA)** destacou que a falta de uma estrutura de gestão bem consolidada é um grande problema para a regulamentação das outorgas em diversas regiões hidrográficas. Ao final das discussões, encaminhou-se pelo acatamento da sugestão da ANA, de realização das oficinas, incluindo um grupo de trabalho na CTPNRH para propor um delineamento do conteúdo e dos atores que devem participar do evento. O grupo de trabalho deverá trazer as propostas para a próxima reunião da Câmara Técnica, num prazo de 30 dias. A ANA deverá

103 elaborar uma proposta preliminar e encaminhará por e-mail, e as contribuições serão dadas
104 pelo grupo de trabalho, formado por: João Clímaco, Jussara Cabral, Odorico Pereira e
105 Wilson de Azevedo. Será trabalhada, primeiramente, apenas a proposta para a oficina
106 referente ao Plano de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas. Item 4 – Análise
107 da Nota Técnica da ANA sobre a proposta de Resolução (Ofício 01- fonasc-bsb-2016) que
108 altera a Resolução CNRH nº 152/2013 em relação à constituição de Grupo de
109 Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai: O **Sr. Sérgio Ayrimoraes (ANA)** fez a
110 apresentação dos principais pontos da Nota Técnica, destacando as propostas de
111 composição do GAP, considerando a proposta originalmente apresentada pela ANA à
112 CTPNRH e a proposta aprovada pelo Plenário por meio da Resolução CNRH nº 152/2013.
113 Ressaltou que a composição do GAP sugerida na proposta original apresentada pela ANA
114 seguiu o disposto na Resolução CNRH nº 05/2000 (alterada pela Resolução CNRH nº
115 24/2002), no que diz respeito à composição preconizada para os Comitês de Bacias
116 Hidrográficas (CBHs). Entretanto, de acordo com o entendimento do CNRH, o GAP foi
117 então instituído pela Resolução CNRH nº 152/2013, seguindo as diretrizes da Resolução do
118 CNRH nº 145/2012, mas com uma composição diferente daquela proposta inicialmente
119 pela ANA. Relatou que as associações municipais de Mato Grosso e de Mato Grosso do
120 Sul, com vaga conforme estabelecido na Resolução CNRH nº 152/2013, não têm
121 participado nas reuniões do GAP, sendo que uma delas sequer indicou representante. Além
122 disso, nas dinâmicas das reuniões evidenciou-se a necessidade da inclusão de representantes
123 dos pescadores artesanais e da agricultura familiar. Destacou, no entanto, que uma
124 ampliação demasiada do número de membros do GAP poderia comprometer sua
125 operacionalidade durante as análises dos produtos advindos da elaboração do plano.
126 Lembrou também da existência de outros momentos de participação pública mais ampliada,
127 por meio das oficinas e consultas públicas previstas para ocorrerem no decorrer do processo
128 de elaboração do PRH-Paraguai. Nesse sentido, o representante da ANA apresentou uma
129 nova proposta de composição para o GAP, visando atender aos questionamentos e à
130 demanda colocada pelo ofício do FONASC, para ser debatida na CTPNRH. Na proposta,
131 considerou-se a redução da representação do setor público, com a saída das associações
132 municipais, e destinação dessas vagas para o segmento dos usuários da agricultura familiar
133 e da pesca artesanal, mantendo-se o número de 30 membros, conforme aprovado pelo
134 CNRH, sem comprometer a operacionalidade do GAP. A **Sra. Débora Calheiros**
135 **(FONASC)**, representante no GAP, concordou com a nova proposta colocada pela ANA,
136 porém sugeriu a inclusão dos consórcios municipais “Consórcio Complexo Nascentes do
137 Pantanal” (14 municípios) e “Consórcio do Alto Paraguai” (11 municípios), ambos do
138 Estado do Mato Grosso. Sugeriu também a inclusão de representante do Conselho Nacional
139 de Povos e Comunidades Tradicionais. O **Sr. Odorico Pereira (FIEMG)** manifestou
140 abstenção de voto com relação à proposta apresentada, registrando considerar de
141 fundamental importância a participação de representantes das Associações Municipais no
142 GAP, mesmo que estas não tenham demonstrado interesse em participar. O **Sr. Wagner**
143 **Vilela (ANA)** esclareceu que a ANA encaminhou convites e entrou em contato diretamente
144 com os estados e com os representantes destas associações, mas que, mesmo assim, não
145 ocorreu participação efetiva destas entidades, sendo que uma delas nem chegou a indicar
146 representante para o GAP. O **Sr. Nelson Freitas (ANA)** então fez sugestão para
147 equacionamento, mantendo-se o número total de 30 membros, com a destinação das duas
148 vagas das associações aos pescadores artesanais e agricultores familiares, e considerando
149 que cada vaga conta com um titular e um suplente, pode-se garantir a alternância entre
150 estes, sendo um do MT e outro o MS. Fez a mesma sugestão para incluir um suplente para o
151 Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do
152 Taquari - COINTA (MS/MT), considerando um consórcio intermunicipal representante do
153 MT, também com alternância entre eles. A **Sr. João Clímaco (FONASC)**, corroborado
154 pela **Sra. Débora Calheiros (FONASC)**, acrescentou que o CNRH deveria fazer a

155 indicação dos representantes para estas vagas, pois considera que os Conselhos Estaduais
156 do MT e MS não têm condição de realizarem essas indicações de forma adequada, e que,
157 por isso, o próprio FONASC deveria indicar as representações dos pescadores artesanais e
158 agricultores familiares. O **Sr. Wagner Vilela (ANA)** colocou que os Conselhos Estaduais
159 são as instâncias colegiadas que contam com representação naqueles estados, inclusive com
160 representantes da sociedade civil, e que, portanto, estão mais inseridos no contexto regional
161 da gestão dos recursos hídricos, sendo importante que estes Conselhos Estaduais indiquem
162 as representações para os pescadores artesanais e agricultores familiares. Após os debates,
163 estas sugestões foram acatadas pela CTPNRH com a ressalva de que as representações de
164 pescadores artesanais e dos agricultores familiares fossem indicadas pelos Conselhos
165 Estaduais de Recursos Hídricos, e alternadas entre titular e suplente, sendo um do MT e
166 outro o MS, e que a suplência para o COINTA seria indicada pelos próprios consórcios
167 intermunicipais da região, também com alternância entre titular e suplente. [Item 5 – Fórum](#)
168 [Dialoga Brasil do PPA 2016-2019 – agendas a serem monitoradas pelo Conselho Nacional](#)
169 [de Recursos Hídricos](#): A **Sra. Jana Macedo (MP)** iniciou a apresentação ressaltando que
170 este esforço conjunto do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) e da
171 Secretaria de Governo (SeGov) para a mobilização e inserção dos conselhos no
172 monitoramento do PPA é uma estratégia que vem deste o PPA anterior (2012-2015), e que
173 foi aprimorado para o atual. Na construção do PPA atual (2016-2019) esta estratégia
174 também foi adotada. Destacou que o foco do monitoramento participativo é nas metas e
175 iniciativas do PPA, almejando a percepção dos conselhos e da sociedade sobre a sua
176 implementação. Reiterou que a metodologia de monitoramento é flexível, devendo ser
177 definida pelo próprio conselho, de acordo com suas particularidades, e que para a “Agenda
178 Água” foram pactuados 41 atributos (entre metas e iniciativas) que deverão ser monitorados
179 pelo CNRH. Informou sobre uma oficina de consolidação dos resultados do
180 monitoramento, programada para julho de 2016, onde se espera coletar subsídios sobre o
181 andamento da implementação das metas/iniciativas, que possam contribuir, inclusive, para
182 uma possível revisão do PPA. Chamou a atenção para a indicação de um ponto focal
183 representante do CNRH até o dia 20/04/2016 para o preenchimento das informações sobre
184 o monitoramento do PPA no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que
185 estará aberto a partir de maio para o preenchimento. Esclareceu que o formulário no SIOP
186 se resume a três perguntas simples, que não necessitam de um nível de detalhamento
187 excessivo para o seu preenchimento. O **Sr. Fabiano Chaves (MP)** complementou com um
188 breve relato sobre a oficina ocorrida em março de 2016 (durante o último Fórum Dialoga
189 Brasil do PPA 2016-2019), informando que, no caso da “Agenda Água”, foram 26 metas e
190 15 iniciativas (ligadas à gestão de recursos hídricos e infraestruturas hídricas) selecionadas
191 pelos representantes dos conselhos para serem monitoradas. Informou que no
192 monitoramento participativo os conselhos devem buscar respostas sobre elementos
193 indiquem a qualidade da comunicação e dos serviços entregues à sociedade relacionados às
194 metas e iniciativas do PPA, lembrando que a metodologia de busca dessas informações fica
195 a cargo do conselho e que é um processo que evoluirá com o tempo. A **Sra. Roseli Souza**
196 **(SRHU/MMA)** informou que a Secretaria Executiva do CNRH poderá dar o apoio
197 necessário para o monitoramento do PPA pelo CNRH, mas que ainda tem dúvidas de quem
198 no Conselho poderia se responsabilizar pela coleta e preenchimento das informações no
199 SIOP dentro dos prazos estabelecidos. A **Sra. Jussara Cabral (ABRH)** salientou que para
200 o primeiro prazo colocado pelo MP (junho de 2016), será possível atender apenas
201 parcialmente à demanda quanto ao monitoramento das metas do PPA 2016-2019, porque
202 não ocorrerá reunião do CNRH antes desse prazo para a consolidação das informações e
203 seu preenchimento no SIOP. Lembrou também que para algumas das metas/iniciativas de
204 maior complexidade de análise (destacadas em amarelo na planilha durante o Fórum pelos
205 representantes do CNRH) só será possível estabelecer um procedimento para o
206 acompanhamento, não havendo possibilidade de avaliação de sua implementação neste

momento. Destacou a necessidade de montagem de redes informativas para possibilitar o monitoramento da implementação das metas e iniciativas nas mais diversas regiões do país. O **Sr. Wilson de Azevedo (CTRQ)** considerou a necessidade dos órgãos executores encaminharem previamente ao CNRH um informe da situação da implementação das metas e iniciativas do PPA, para que seja possível sua análise. O **Sr. Fabiano Chaves (MP)** concordou com a preocupação, colocando-se à disposição para levar as demandas do CNRH para que o MP disponibilize as informações requeridas. Avaliou-se também a possibilidade de encaminhar proposta colocada pelo **Sr. João Clímaco (ONG)** de elaborar uma Resolução do CNRH delegando à CTPNRH a competência de responder diretamente à demanda do MP em relação ao monitoramento participativo. Após longa discussão, encaminhou-se pela elaboração de Nota Técnica com as percepções sobre as agendas do PPA a ser encaminhada pela CTPNRH ao CNRH, uma vez que a Câmara Técnica não poderá se manifestar pelo Plenário do Conselho. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU)** informou que já houve a demanda formal do MP (ofício encaminhada à Secretaria Executiva), solicitando a indicação de ponto focal do CNRH para coletar e sistematizar as informações e preenchimento no SIOP, e a ideia é que o ponto focal seja da SRHU, Secretaria Executiva do CNRH, que elaborará uma minuta de Nota Técnica a ser discutida por e-mail e finalizada no início de junho, possivelmente para a próxima reunião do CNRH.

Item 6 – Continuidade da discussão da minuta de Resolução que “estabelece o conteúdo mínimo para o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil; revoga o artigo 2º e o § 2º do artigo 3º da Resolução CNRH nº 58, e dá outras providências”: A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU)** fez a leitura do artigo 2º da Resolução CNRH nº 58/2006, que trata da elaboração do PNRH e da competência do CNRH de revisar o Relatório Conjuntura, informando que essa resolução permanece válida durante a vigência do PNRH (até 2020). Salientou também que o ideal seria que a Resolução em pauta fosse publicada ao final de 2016, junto com os demais produtos da revisão em andamento do PNRH, já que a ideia da resolução é estabelecer o conteúdo mínimo do Relatório Conjuntura, que constitui o Volume I do PNRH, atualizado periodicamente. Nesse sentido, foram analisadas as minutas da Resolução e do Parecer que a acompanhará com o detalhamento de alguns aspectos essenciais que os relatórios de Conjuntura devem conter. Seguindo a sugestão do **Sr. Bruno Jardim (INEMA/BA)**, foi proposta a inclusão de um último item na Resolução que contemple, de forma resumida, uma análise crítica, desafios e sugestões de aprimoramentos para a gestão dos recursos hídricos do Brasil, que comporia um capítulo de fechamento do Relatório Conjuntura. A **Sra. Luciana Zago (ANA)** sanou dúvidas sobre o conteúdo dos relatórios, explicando que eles já contemplam elementos de análise crítica, desafios e recomendações sobre as informações abordadas, mas que se pode dar uma organização a estas colocações, para que fiquem mais evidenciadas nos relatórios. A **Sra. Jussara Cabral (ABRH)** lembrou sobre a sugestão de item relacionado à “importância socioeconômica e ambiental da água”, que permanece pendente de orientação. Informou que a ANA vem coordenando, junto com a SRHU e o IBGE, o desenvolvimento de um trabalho sobre as contas econômicas ambientais da água para o Brasil, adotando a metodologia da divisão de estatísticas das nações unidas (UNSD), cujos resultados poderão contribuir para este tema no futuro. Assim, sugeriu que fosse convidado o Sr. Marco Neves (ANA) para apresentar, durante a próxima reunião da CTPNRH, a evolução desse trabalho e os resultados do seminário realizado durante o Simpósio da ABRH, o que foi acatado pelos presentes. Portanto, a minuta de resolução deve voltar a ser discutida na próxima reunião da CTPNRH para sua finalização, com possibilidade de inclusão de um artigo que estabeleça a competência à CTPNRH quanto à avaliação e sugestão de inclusão de temas relevantes que surgirem e que ainda não estejam contemplados nos Relatórios de Conjuntura. Lembrou também da importância de novos instrumentos de integração dos estados e municípios no sistema de gestão de recursos hídricos, como o caso do Programa PROGESTÃO, conduzido pela ANA. Nesse contexto, o **Sr. João Clímaco (ONG)** relatou que o Conselho

Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão (CERH/MA), assim como o órgão gestor de recursos hídricos daquele Estado, não tem respeitado as demandas da sociedade civil. Por isso, o FONASC está entrando com processos junto ao Ministério Público para impedir o repasse de recursos para atender às ações do PROGESTÃO do Maranhão. [Item 7 – Continuidade da avaliação do Volume III do PNRH – Diretrizes, pela CTPNRH/CNRH](#): A Sra. Jussara Cabral (ABRH) informou que as planilhas P01 a P08 das tabelas de Prioridades/Diretrizes do PNRH já foram analisadas na 89ª Reunião da CTPNRH, portanto a avaliação seria reiniciada a partir da planilha referente à Prioridade 09 (P09). Explicou que seria seguida a mesma metodologia de adequação de textos e de definição entre as diretrizes do PNRH de 2006, as recomendações feitas pelo SINGREH em 2011, e no Parecer nº 01/2015 da CTPNRH, quais dessas recomendações passariam a ser consideradas como diretrizes, e quais as diretrizes que passariam a ser consideradas como recomendações, ou seriam excluídas. Informou já ter feito uma análise preliminar das planilhas restantes (a partir da P09), restando ainda a análise conjunta pela CTPNRH. Nesse sentido, deu seguimento à leitura de cada um dos itens das planilhas, procedendo-se à análise com a contribuição por todos os presentes. Na planilha P16, algumas das diversas recomendações, que são específicas para algumas bacias transfronteiriças, como do rio Apa e Uruguai, foram identificadas como muito importantes, encaminhando-se para que as mesmas constem no PNRH. Após ampla discussão, devido ao avanço da hora, a revisão das diretrizes se estendeu até a planilha P17. Assim, o trabalho de revisão das diretrizes do PNRH (a partir da planilha P18) ficou de ser continuado na próxima reunião. [Item 8 – Assuntos gerais e encerramento](#): A Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA) informou que a SRHU encaminhará por e-mail o Termo de Referência para a contratação do consultor que trabalhará no processo de revisão do PNRH. Por fim, a Sra. Jussara Cabral (ABRH) sugeriu o pré-agendamento da próxima reunião para final de maio, sendo que a data será confirmada por e-mail.

RESUMO E ENCAMINHAMENTOS

Item 1 – Abertura/Informes gerais: (1) A Sra. Adriana Lustosa (SRHU) fez a abertura da reunião informando sobre a necessidade da realização da eleição para a presidência da CTPNRH, em razão da vacância do cargo por motivo de saúde da Sra. Martha Sugai, a atual Presidente. Em seguida, fez a leitura do Art. 28 do regimento interno do CNRH (Resolução nº 437/2013), que trata sobre o processo de eleição, passando-se à votação. (2) A Sra. Adriana Lustosa realizou também um informe sobre o andamento do processo de revisão do PNRH e apresentou proposta para o seminário de consolidação, a ser encaminhada para os membros para discussão na próxima reunião.

Item 2 – Eleição do (a) Presidente da CTPNRH/CNRH: Todos os 13 membros presentes votaram pela indicação da Sra. Jussara Cabral Cruz (ABRH) para a presidência da CTPNRH.

Item 3 – Apresentação da ANA sobre a situação dos grupos de acompanhamento dos Planos de Recursos Hídricos (Tocantins-Araguaia e Margem Direita do Amazonas): (1) Por inversão de pauta, este Item foi precedido pelos Itens 5 e 6, respectivamente. (2) O Sr. Sérgio Ayrimoraes (ANA) fez a apresentação, esclarecendo que o grupo de acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos do Tocantins-Araguaia chegou a ser instalado, mas não está operando, e que o grupo de acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas nem chegou a ser instalado. Incluiu uma proposição a ser debatida na CTPNRH de realização de duas oficinas (uma referente ao grupo de acompanhamento de cada um dos planos supracitados), com em torno de 40

participantes (representantes dos diversos colegiados e da sociedade civil) cada, com objetivo de reativar e dar continuidade a essas instâncias de acompanhamento. As oficinas devem também buscar propor uma agenda de trabalho para estes grupos, na forma de Manuais Operativos dos planos. (3) O Sr. João Clímaco (ONG) relatou sobre Ações Cíveis Públicas (ACPs) em andamento junto ao Ministério Público contra as outorgas preventivas ou de reserva de disponibilidade hídrica, nas duas regiões, devido à observação de conflitos já existentes na região, para os quais os referidos planos de recursos hídricos não são suficientes para contornar. Os documentos das ACPs serão encaminhados aos membros da CTPNRH. (4) O Sr. Odorico Pereira (FIEMG) salientou a necessidade de cuidado com as iniciativas das ACPs de impedimento das outorgas para não comprometer os sistemas produtivos, que também são de extrema importância para as regiões. (5) O Sr. Wagner Vilela (ANA) ressaltou a necessidade das oficinas propostas para se discutir o sistema de gestão dos recursos hídricos naquelas regiões para a solução destes conflitos. (6) O Sr. Sérgio Ayrimoraes (ANA) destacou que o problema da falta de uma estrutura de gestão bem consolidada na região é um grande problema para a regulamentação das outorgas em diversas regiões hidrográficas. (7) Encaminhou-se pelo acatamento da sugestão da ANA, de realização das oficinas, incluindo um grupo de trabalho na CTPNRH para propor um delineamento do conteúdo e dos atores que devem participar do evento. O grupo de trabalho deverá trazer as propostas para a próxima reunião da Câmara Técnica, num prazo de 30 dias. A ANA deverá elaborar uma proposta preliminar e encaminhará por e-mail, e as contribuições serão dadas pelo grupo de trabalho formado por: João Clímaco, Jussara Cabral, Odorico Pereira, Wilson de Azevedo. Será trabalhada, primeiramente, apenas a proposta para a oficina da Margem Direita do Amazonas.

Item 4 – Análise da Nota Técnica da ANA sobre a proposta de Resolução (Ofício 01-fonasc-bsb-2016) que altera a Resolução CNRH nº 152/2013 em relação à constituição de Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai: (1) O Sr. Sérgio Ayrimoraes (ANA) fez a apresentação dos principais pontos da Nota Técnica, destacando as propostas de composição do GAP, considerando a proposta originalmente apresentada pela ANA à CTPNRH, a proposta aprovada pelo Plenário por meio da Resolução CNRH nº 152/2013, e uma nova proposta para atender aos questionamentos e a demanda colocada pelo Ofício do FONASC, para ser debatida na CTPNRH. (2) A Sra. Débora Calheiros (FONASC) concordou com a nova proposta colocada pela ANA, porém sugeriu a inclusão dos consórcios municipais “Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal” (14 municípios) e “Consórcio do Alto Paraguai” (11 municípios), ambos do Estado do Mato Grosso. Sugeriu também a inclusão de representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. (3) O Sr. Nelson Freitas (ANA) então fez sugestão para equacionar os membros dos pescadores e dos agricultores familiares, mantendo-se o número total de 30 membros, mas alternando entre titular e suplente, sendo um do MT e outro o MS. Fez a mesma sugestão para incluir um suplente para o COINTA (MS), considerando um consórcio municipal representante do MT. Após longo debate, estas sugestões foram acatadas pela CTPNRH.

Item 5 – Fórum Dialoga Brasil do PPA 2016-2019 – agendas a serem monitoradas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos: (1) Para o primeiro prazo colocado pelo Ministério do Planejamento - MP (junho de 2016), será possível atender parcialmente à demanda quanto ao monitoramento das metas do PPA 2016-2019. (2) Possibilidade de elaboração de Nota Técnica com as percepções sobre as agendas do PPA a ser encaminhada pela CTPNRH ao CNRH, uma vez que a Câmara Técnica não poderá se manifestar pelo Plenário do Conselho. (3) Avaliou-se a possibilidade de encaminhar proposta de Resolução ao CNRH delegando à CTPNRH a competência de responder diretamente à demanda do MP em relação ao monitoramento participativo. (4) Já houve a demanda formal do MP


(ofício encaminhada à Secretaria Executiva), solicitando a indicação de ponto focal do CNRH para coletar e sistematizar as informações, e a ideia é que o ponto focal seja da SRHU, que elaborará minuta de Nota Técnica que poderá ser discutida por e-mail e finalizada no início de junho, antes da próxima reunião do CNRH.


Item 6 – Continuidade da discussão da minuta de Resolução que “estabelece o conteúdo mínimo para o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil; revoga o artigo 2º e o § 2º do artigo 3º da Resolução CNRH nº 58, e dá outras providências”: (1) Foram analisadas as minutas da Resolução e do Parecer que a acompanhará com o detalhamento de alguns aspectos essenciais que os relatórios de Conjuntura devem conter. (2) Foi proposta a inclusão de um último item que contemple, de forma resumida, uma análise crítica e sugestões de aprimoramentos necessários para a gestão dos recursos hídricos do Brasil. (3) A sugestão de item relacionado à “importância socioeconômica e ambiental da água” permanece pendente, sendo que a ANA está coordenando, junto com a SRHU e o IBGE, o desenvolvimento das contas econômicas ambientais da água para o Brasil, adotando a metodologia da divisão de estatísticas das nações unidas (UNSD), cujos resultados poderão contribuir para este tema no futuro. (4) A Sra. Jussara sugeriu que fosse convidado o Sr. Marco Neves da ANA para apresentar a evolução dos trabalhos e os resultados do seminário realizado durante o Simpósio da ABRH na próxima reunião da CTPNRH. (5) O Sr. João Clímaco (ONG) relatou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão – CERH/MA, assim como os órgãos daquele Estado, não tem respeitado as demandas da sociedade civil, e que o FONASC está entrando com processos junto ao Ministério Público para impedir o repasse de recursos para atender às ações do PROGESTÃO do Maranhão.

Item 7 – Continuidade da avaliação do Volume III do PNRH – Diretrizes, pela CTPNRH/CNRH: (1) Considerando que as planilhas P01 a P08 das tabelas de Prioridades/Diretrizes do PNRH já foram analisadas na 89ª Reunião da CTPNRH, realizou-se a avaliação a partir da planilha referente à Prioridade 09 (P09). Seguiu-se a mesma metodologia de adequação de textos e de definição entre as diretrizes do PNRH de 2006, as recomendações feitas pelo Singreh em 2011, e no Parecer nº 01/2015 da CTPNRH, quais dessas recomendações passariam a ser consideradas como diretrizes, e quais as diretrizes que passariam a ser consideradas como recomendações, ou seriam excluídas. (2) Na P16, algumas das diversas recomendações, que são específicas para algumas bacias transfronteiriças, como do rio Apa e Uruguai, foram identificadas como muito importantes, encaminhando-se para que as mesmas constem no PNRH. (3) Após ampla discussão, devido ao avanço da hora, a revisão das diretrizes se estendeu até a planilha P17. (4) Na próxima reunião será dada continuidade ao trabalho de revisão das diretrizes do PNRH.

Item 8 – Assuntos gerais e encerramento: (1) A SRHU encaminhará por e-mail o Termo de Referência para a contratação do consultor que trabalhará no processo de revisão do PNRH. (2) Próxima reunião marcada para final de maio, data a ser acertada por e-mail.

Ata aprovada na 91ª Reunião da CTPNRH.


Jussara Cabral Cruz
Presidente da CTPNRH


Antônio Calazans Reis Miranda
Relator da CTPNRH